

ATA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE PLENÁRIA ORDINARIA Nº 277/2019 REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2019 NO AUDITÓRIO EVARISTO GARCIA LOCALIZADO NA AVENIDA AFONSO PENA, 2336 – FUNCIONARIOS.

1 Ao vigésimo oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às 14h, no Auditório
2 Conselheiro Evaristo Garcia – Av. Afonso Pena, 2336, Pilotis – Funcionários, foi
3 realizada a ducentésima septuagésima sétima reunião ordinária do Conselho Municipal
4 de Saúde de Belo Horizonte (CMSBH), com as presenças constantes ao final desta ata.
5 A Presidenta do CMSBH Carla Anunciatta de Carvalho, inicia a plenária fazendo uma
6 homenagem ao dia da Consciência Negra e da boas-vindas a todos. Chama para
7 compor a mesa Bruno Abreu Gomes Secretária Geral, Valdir Ribeiro de Almeida
8 Primeiro Secretario e Tatiane Caetano Segunda Secretaria. Bruno faz uma pequena
9 apresentação falando da história da Atenção Primária em BH. Carla faz a proposta para
10 que os informes sejam depois da pauta principal, fala que todos terão direito de voz,
11 mas pede para que hoje faça essa inversão. A Conselheira Municipal de Saúde Maria
12 da Gloria fala que tem duas reuniões que vem para dar informe e não consegue por isso
13 é contra que os informes sejam feitos depois. Em regime de votação é aprovado a
14 inversão da pauta. Carla convida para compor a mesa Fabiano Gonçalves Guimarães
15 da Gerência de Atenção Primária a Saúde, Guilherme Augusto Orair Assessor-Chefe
16 de Planejamento e Ações Intersectoriais e Renata Mascarenhas Bernardes, Diretora de
17 Assistência à Saúde. Fabiano inicia sua apresentação e fala que veio discutir um pouco
18 de como a prefeitura está enxergando o novo modelo de financiamento, fala que as
19 premissas do nosso jeito de pensar saúde na SMSA que não muda o financiamento.
20 Guilherme inicia sua fala que tem um grande desafio pois essa portaria é muito recente
21 e ela não explicita todos os dados então temos que sair caçando as informações. Fala
22 do pague fixo que paga vinte três reais por ano por habitante Belorizontino mais a parte
23 da estratégia de Saúde de Família que compõem o incentivo de equipe da Saúde de
24 Família, NASF e Gerente de Atenção Básica isso migra para a captação ponderada.
25 Fala que foi feito um trabalho com o apoio do CMS para aumentar os tetos de
26 financiamento como a equipe de saúde de família financiada pelo governo federal já
27 está equiparada aos modelos de equipe. O NASF que aumentou em vinte e três
28 equipes, subimos também o teto de cadastramento no governo federal e hoje temos
29 essas oitenta e duas equipes implantadas. O PMAQ migra para esse pagamento por
30 desempenho. Fala do ponto importante para se calcular tem regras de modelo para a
31 taxa de captação nos primeiros quatro meses BH recebe o teto de credenciamento, tem
32 quinhentos e oitenta e oito equipes de saúde da família registrada, estamos falando de
33 dois milhões e trezentos e cinquenta e dois mil que seria nosso teto de cadastramento
34 que receberíamos durante esses quatro meses e os outros meses vamos receber a
35 partir dos números de cadastro que estiver registrados e mais um ponto que tem um
36 incentivo extra durante o ano que vem vamos receber um modelo de transição 5.95
37 pessoa como se fosse 25% do pague fixo para fim de inserção desse novo modelo, em
38 2021 muda e fica tudo a partir de cadastro. Na captação ponderada fala que vale de 50
39 reais a 165 reais a depender da situação do município e dos critérios demográficos e
40 socioeconômico BH está na primeira caixinha como urbana, então estamos falando que
41 temos vale um a população cadastrada belorizontina e 1,3 para aquela população que
42 esta ou nos critérios de vulnerabilidade ou nos critérios demográficos e na portaria fala
43 que o ministério vai definir esse valor. Fala que o parâmetro de BH para as equipes de
44 saúde de família são 4 mil cadastros por equipe. Fala que a partir do ano que vem a
45 referência de todo cadastrado vai ser o CPF e isso gera um novo impacto no nosso
46 trabalho. Na portaria fala que o ministro do estado vai definir os indicadores e as metas.
47 Fala da receita de provimento em relação aos ACS e ACE, lembrando que trabalhamos
48 junto ao CMS para aumentar o teto de cadastramento. Fabiano volta a falar das
49 premissas. Em relação aos ACS desde a publicação da Política Nacional de Atenção
50 Básica (PNAB) que já dizia que poderíamos ter um ACS por equipe, não houve em
51 momento nenhum esse movimento da SMSA para fazer esse tipo de adaptação. No que
52 diz respeito a criação das Equipes de Atenção Primária (EAP) com medico e enfermeiro
53 a muitos anos BH é pioneira e referência por ter criado o Índice de Vulnerabilidade em
54 Saúde (IVS) e ter classificado toda essa população em risco de adoecimento esse
55 direcionamento dado pela IVS nos levou a garantir cobertura de Equipes de Saúde da
56 Família onde havia risco de adoecer. Vamos fazer um estudo de viabilidade de EAP
57 pensando em população que hoje não estão cobertas. Com relação ao NASF o fim de

58 um financiamento específico carimbado para o NASF, não está provocando em nos
59 SMSA nenhuma discussão para a diminuição de nenhum cargo de NASF nessa cidade.
60 Fala do concurso em andamento. BH não está mudando o seu jeito de pensar por conta
61 do novo financiamento, possivelmente teremos dificuldades, uma dessas no cadastro
62 de bancos uma autenticação de todos nós para garantirmos isso, precisamos que o
63 Ministério enxergue quem realmente estão cadastrados porque o dinheiro vira a partir
64 disso. Carla agradece a todos os representantes da SMSA presentes. Renata reforça
65 que realmente estamos passando por um momento há alguns anos do desmonte do
66 SUS do insumo de financiamento e nós precisamos usuário, trabalhador e gestores
67 estar muito juntos para que de fato possa estar dizendo para todos que não aceitamos
68 nenhum retrocesso que o SUS realmente é o maior patrimônio do povo Brasileiro e não
69 podemos permitir realmente qualquer lei ou portaria possa diminuir todos os direitos
70 garantidos na constituição de 88. Bruno pede para que o Conselheiro Municipal de
71 Saúde Jose Gilson Guedes coordenador da Câmara Técnica de Controle Avaliação e
72 Municipalização e a Conselheira Municipal Katia Magalhães Almeida Silva
73 representante da Câmara Técnica de Gestão da Força do Trabalho para fazer a leitura
74 do parecer das referidas câmaras que são as propostas para o conselho que foram
75 retiradas, destacando que o Conselho Nacional solicitou a nós e a todos os conselhos
76 do Brasil que se posicionasse sobre isso porque agora dia cinco e seis vai ter uma
77 plenária e o conselho vai votar o que eles pensam dessa portaria. Katia inicia a leitura
78 do parecer. PARECER DAS CÂMARAS TÉCNICAS DE CONTROLE AVALIAÇÃO E
79 MUNICIPALIZAÇÃO E GESTÃO DA FORÇA DE TRABALHO 223/2019 Belo Horizonte,
80 25 de novembro de 2019. Os membros das Câmaras Técnicas de Controle, Avaliação
81 e Municipalização e Gestão da Força de Trabalho estiveram reunidos no dia 25 de
82 novembro de 2019, no auditório Conselheiro Evaristo Garcia para análise e discussão
83 sobre o novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde; Considerando a
84 Constituição Federal, em seu artigo 198, inciso III, que estabelece a - participação da
85 comunidade. Como diretriz organizativa do Sistema Único de Saúde; Considerando a
86 Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 que define os princípios e organização do SUS;
87 Considerando a Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990 que regulamenta o papel dos
88 conselhos de saúde; Considerando o disposto no artigo 17 da Lei Complementar nº
89 141/2012, do qual deriva as diretrizes para a definição dos critérios de rateio para essas
90 transferências fundo a fundo e a competência do CNS para deliberar sobre a proposta
91 a ser pactuada na CIT referente a esse tema; Considerando que na 9ª reunião ordinária
92 da CIT, que ocorreu em 31 de outubro de 2019, ficou pactuado o novo modelo sobre o
93 financiamento da Atenção Primária em Saúde sem o posicionamento do Conselho
94 Nacional de Saúde; Considerando que há mais de 20 anos o Brasil tem priorizado e
95 investido no desenvolvimento e expansão da Estratégia de Saúde da Família como
96 modelo prioritário da atenção básica no Brasil atendendo, em 2019, mais de 140 milhões
97 de brasileiros e brasileiras, alcançando resultados na melhoria dos indicadores de saúde
98 da população, conforme apontam estudos nacionais e internacionais; Considerando o
99 contexto no qual foi aprovada a Emenda Constitucional 95 que congelou por 20 anos o
100 gasto primário da União, com consequente redução dos recursos para a saúde;
101 Considerando a Portaria 2.979, de 13 de novembro de 2019, do Ministério da Saúde,
102 que Instituiu o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento
103 de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Os
104 membros das Câmaras Técnicas de Controle, Avaliação e Municipalização e Gestão da
105 Força de Trabalho sugerem ao plenário do Conselho Municipal de Saúde de Belo
106 Horizonte: 1- Recomendação ao Conselho Nacional de Saúde para que solicite ao
107 Ministério da Saúde a revogação da Portaria 2.979, de 13 de novembro, que modificou
108 o modelo de financiamento da APS; 2- Recomendação ao Ministério da Saúde pela
109 revogação da Portaria 2.979, de 13 de novembro, que modificou o modelo de
110 financiamento da APS; 3 - Recomendação à SMSA de BH que mantenha as proporções
111 de (1) uma Equipe do NASF para cada 5 (cinco) a 9 (nove) Equipes de Saúde da
112 Família, considerando também as possibilidades de ampliar as categoriais profissionais
113 do NASF nos Centros de Saúde para que hajam farmacêuticos, fisioterapeutas,
114 nutricionistas, psicólogos, fonoaudiólogos, educadores físicos e terapeutas
115 ocupacionais em todas as equipes do NASF; 4- Recomendação à SMSA que garanta a
116 presença de Agentes Comunitários de Saúde e dos Técnicos de Enfermagem em todas
117 as Equipes do Programa BH Vida; 5- Recomendação à SMSA que avalie a
118 apresentação de um Projeto de Lei Municipal para regulamentar a presença de ACS e

119 o NASF no SUSBH; 6- Recomendação à SMSA para que haja uma participação efetiva
120 e protagonista nos espaços de pactuação intergestores, solicitando pauta com este
121 tema do Financiamento da Atenção Primária à Saúde para debate e novo
122 posicionamento; 7- Recomendação à SMSA, considerando a análise da importância de
123 BH para o SUS Estadual e o fato de que BH não ficará imune das mudanças no SUS e
124 na APS, que Belo Horizonte volte a compor a direção dos conselhos de representação
125 dos gestores municipais, como COSEMS e CONASEMS. José Gilson Guedes Moreira
126 Coordenador da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização, Welson
127 Alexandre Santos Coordenador da Câmara Técnica de Gestão da Força de Trabalho
128 Conselho Municipal de Saúde – CMS. Carla fala que será três minutos de fala e pedi
129 para que todos respeitem o tempo. A Conselheira Municipal de Saúde Maria da Glória
130 fala que temos que lutar para um bem comum e não um contra o outro. Vânia
131 Albuquerque fala da maternidade Sofia Feldman que está faltando fralda. Fabiano
132 responde fala que em relação ao cadastro ainda temos poucas respostas, a final de
133 contas BH precisa cadastrar muito já que Guilherme mostra que no gestão temos dois
134 milhões quatrocentos mil pessoas cadastradas, precisamos alinhar esses dados
135 precisamos que o Ministério enxergue essas pessoas cadastradas, porque no primeiro
136 quadrimestre tinha oitocentos mil e no segundo um milhão e duzentos mil, então é isso
137 que o Ministério enxerga hoje. Para isso tem uma frente de trabalho GEAPS, ASPLAN,
138 ASTIS, debruçadas sobre o problema tentando entender onde está essa questão. Fala
139 que vê com muito bons olhos toda a população cadastrada no SUS que fortalece o
140 sistema e faz com que brigemos por recurso, então esse movimento de baixo risco de
141 cadastrar ele é ótimo para gente porque fortalece nosso sistema. Fala que a questão do
142 CPF é uma determinação do Ministério da Saúde para todos os outros Ministérios, quer
143 que o CPF seja um número único como em alguns países. Fala que vamos fazer a
144 atualização de cadastro na recepção qualquer funcionário do posto poderá fazer com
145 isso a gente espera que melhore essa questão do CPF. O Conselheiro Municipal de
146 Saúde Ricardo Arlindo Nunes fala que se o usuário de outra cidade veio e utilizou nosso
147 serviço e mais certo é que esse dinheiro venha para BH mesmo. Pedi a criação de uma
148 Câmara Técnica específica de Usuários e pedi para que a Mesa Diretora apoie os
149 usuários. Bruno fala que o Governo Federal cometeu uma ilegalidade eles
150 desrespeitaram a lei e todas as injustiças foram homologadas então a recomendação
151 do Conselho Nacional de Saúde é ir para rua a pauta é revogar a planilha, esse é o
152 objetivo e para isso queria aprovar aqui em plenário que a gente convoque uma plenária
153 de comissões locais de saúde para o dia 09 de dezembro as 14h, vamos trazer uma
154 professora do Rio de Janeiro e as 16h a ideia é que encerre e vá em marcha, fazer uma
155 manifestação na porta do Ministério da Saúde. Bruno sugere que a SMSA faça uma Lei
156 Municipal garantindo a Saúde da Família, ACS e o NASF, para que se o próximo prefeito
157 quiser mudar ter um pouquinho de trabalho. Pondera também que não podemos abrir
158 mão de ter ACS. A Conselheira Municipal de Saúde Sandra Muñoz convida todos para
159 a Plenária de Mulheres dia 04 de dezembro, parabeniza os membros das câmaras
160 técnicas que fizeram o parecer e fala da criação de uma comissão jurídica. Katia convida
161 todos os usuários para participar da Câmara Técnica de Gestão da Força do Trabalho
162 que acontecem todas as quintas feiras as 9h. Carla agradece a presença da Gestão.
163 Bruno fala que vamos votar para o parecer 223 e a convocação da plenária de
164 comissões locais em parceria com os conselhos do interior para fazer o debate e o ato.
165 Em regime de votação e aprovado os dois encaminhamentos. Em regime de votação a
166 ata da N°272/2019 Plenária Ordinária do CMS realizada dia 30/05/2019 é aprovada.
167 Fala que os dois últimos pontos de pautas são para indicação de representação de
168 usuários nos conselhos hospitalares. E para eleição de representantes para três eventos
169 externos, um é para a Plenária do Conselho Nacional de Saúde que vai se posicionar
170 sobre o assunto tratado aqui hoje nos dias cinco e seis em Brasília, a outra é uma
171 solicitação da plenária de trabalhadores que quer que a gente mande representante
172 para o Seminário da Frente Nacional da Privatização que vai ser na Paraíba seis e sete
173 de dezembro e a terceira é o Fórum Social Mundial organizado pelo Conselho Nacional
174 de Saúde dia 21 a 24 de janeiro de 2020 em Porto Alegre. So pode se candidatar
175 Conselheiros Municipais de Saúde que tenham 75% de presenças em Plenárias e
176 participação em pelo menos uma Câmara Técnica. Sugere que cada segmento se junte
177 e tire seu representante para essas viagens. Carla agradece a presença de todos.
178 Estiveram presentes: Antônio Carlos dos Santos, Bruno Abreu Gomes, Carla Anunciatta
179 de Carvalho, Cleber das Dores de Jesus, Jadir Martins, José Gilson Guedes Moreira,

180 Katia Magalhães almeida Silva, Laura Fusaro Camey, Magali Gomes Pinto, Maria da
181 Glória Silva, Maura de Lourdes Canella, Mauricio Silva Vitor Amaral, Ricardo Arlindo
182 Nunes, Sandra Muñoz, Tatiane Caetano, Valdir Ribeiro de Almeida, Willian de Sá,
183 Lisiane da Silveira Ev, Maria do Carmo, Roberto Blasig, Rafael Silva Dornelas, Salete
184 Cordeiro dos Santos Viegas, Lucimar Rodrigues Fonseca, Maria Helena Almeida Xavier,
185 Vanessa Barreiros Freire, Cristiano de Souza Amaral. Justificaram: Eliana Martins Maia,
186 José Augusto Pereira Cândido, Maria Madalena Dias, Renata Nunes Medeiros, Valeria
187 da Cruz Nascimento, Welson Alexandre Santos, João Luiz Santos. Belo Horizonte, 28
188 de novembro 2019. HIC